

Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de
Manutenção e
Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da
Educação – FUNDEB Gestão 2023/2026

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA

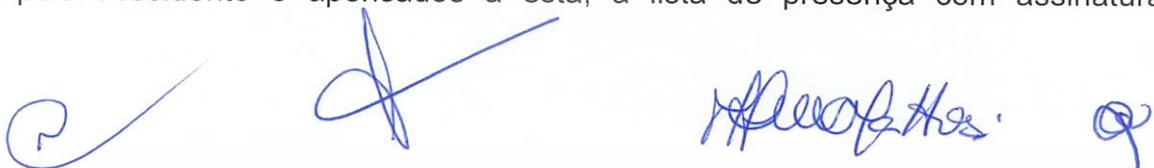
Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, no auditório da Sede da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, situada na Rua Guanabara, 3603 – Extensão do Bosque, às quatorze horas e trinta minutos, reuniram-se de forma híbrida - presencial os seguintes conselheiros: Representante dos Servidores Técnicos Administrativos das Escolas Básicas Públicas: Sheila Cristhiane de Almeida Isidorio (Presidente). Representantes do Poder Executivo Municipal: Mônica Beatriz de Oliveira Barcelos Pessanha e Rhayane Cruz de Souza. Representante dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública: Marta Janete Martins Guimarães Mattos. E de forma online: Representante dos Professores da Educação Básicas: Leandro de Aquino. Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas: Alan da Silva. Representante do Conselho Tutelar: Lucas de Jesus Alves. A Presidente Sheila cumprimentou a todos e iniciou a reunião, com o **1º Assunto da pauta:** Leitura e aprovação da Ata da Terceira Reunião Ordinária, após lida foi aprovada por unanimidade. Prosseguiu com o **2º Assunto da pauta:** Acompanhamento da Movimentação Bancária e Aplicação de Recursos do FUNDO: A Presidente lembrou para o colegiado, como acordado na última reunião enviamos o Ofício para a Secretaria de Fazenda com cópia para e Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, cobrando os balancetes, passaram os vinte dias e esse Ofício não foi respondido, exceto pela Secretaria de Educação, Esporte e Lazer que respondeu comunicando ao Conselho que também fez essa cobrança a Secretaria de Fazenda. A Presidente se manifestou indicando que continuamos só com os balancetes de janeiro e março, extratos e folhas de pagamentos, faltando documento é inviável realizar a análise da documentação, então como o colegiado havia se comprometido buscar informações para estarmos recebendo esses documentos, sendo importante frisar que não é não é a primeira vez que cobramos, e que essas cobranças ocorrem de formas reiteradas, se for necessário emitir parecer sem análise desses documentos o voto da presidente será contrário a aprovação. A presidente destacou a todos que exercendo seu papel de cidadã procurou o Ministério Público em busca de orientações a respeito do que pode ser feito; esclarecendo a todo que é de nossa competência o acesso a essas documentações em tempo hábil, e que o Ministério Público informou que aguardasse a reunião agendada com o colegiado para discussão sobre a problemática e a partir de então não havendo a entrega da documentação uma possibilidade seria abrir uma representação para que o Ministério Público possa intervir nessa situação solicitando a entrega da documentação em tempo hábil para análise do Conselho. Os documentos embasarão a representação através de todos os Ofícios que foram enviados. Ressaltou ainda que teve uma conversa com o Presidente da Câmara que informou a Comissão de Educação é responsável sendo possível encaminhar a solicitação para a Comissão de Educação na Câmara para que eles possam intervir. O Conselheiro Leandro de



Aquino perguntou se o Ofício foi encaminhado para o Prefeito com cópia para a Secretaria de Fazenda. A Presidente respondeu que sim. O conselheiro Leandro sugeriu então, como o ofício não foi respondido, todos os Ofícios e as Atas deveriam ser compiladas e encaminhadas para o Ministério Público. Esclareceu-se que o Ofício nº 017/2024/CACS-FUNDEB foi encaminhado para Secretaria da Fazenda, com cópia para o Gabinete do Prefeito e Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, com prazo de dez dias solicitando os balancetes de fevereiro e abril e a atualização do SIOPE. Terminando esse prazo de dez dias foram questionadas quais as providências serão tomadas pelo Conselho. A Conselheira Marta Janete Mattos sugere que a primeira providência seria dentro do Município no caso a Câmara, pois foi enviado ao Prefeito e não obtivemos resposta. Se desta forma não obtivermos levaríamos ao MP. O conselheiro Leandro diz ser contra ir a Câmara, pois eles não têm poder legal para fazer nada, eles têm poder político de cobrança. Eu sou a favor de levar ao Ministério Público, já ultrapassou todos os pedidos de cobranças. A Presidente sugeriu fazer a solicitação para os dois órgãos ao mesmo tempo. Então abriu-se votação com três possibilidades: a primeira encaminhar a solicitação ao Ministério Público, a segunda encaminhar a Câmara de vereadores e a terceira encaminhar tanto para o Ministério Público quanto para a Câmara dos Vereadores. Após votação obteve-se o seguinte resultado: votaram para encaminhar à Câmara de Vereadores e ao Ministério Público os conselheiros, Sheila Cristhiane de Almeida Isidorio, Mônica Beatriz de Oliveira Barcelos Pessanha, Marta Janete Martins Guimarães Mattos, Leandro de Aquino, Alan da Silva e Lucas de Jesus Alves. A conselheira Rhayane Cruz de Souza se absteve da votação, se comprometendo a conversar com o Secretário de Educação para tentar mais uma vez uma comunicação efetiva com a Secretaria de Fazenda, requerendo o envio correto dos balancetes. **3º Assunto da pauta:** documentos recebidos e enviados, a presidente deu ciência ao colegiado dos documentos enviados: Ofício nº 011/2024/CACS/FUNDEB – solicitação de publicação no Portal da Transparência, Ofício nº 012/2024/CACS/FUNDEB – Encaminhando Relatório e Termos de visitas do PNATE – 2024, Ofício nº 013/2024/CACS/FUNDEB – para a Secretaria de Fazenda c/c para a Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, solicitando os balancetes de fevereiro, março e abril, Ofício nº 014/2024/CACS/FUNDEB – para a Secretaria de Fazenda com cópia para a Secretaria de Educação, Esporte e Lazer e Gabinete do Prefeito, solicitando atualização do SIOPE, Ofício nº 015/2024/CACS/FUNDEB – para o Gabinete do Prefeito com cópia para a Secretaria de Educação, Esporte e Lazer. Ofício nº 016/2024/CACS/FUNDEB - solicitando publicação do Edital de Convocação nº 04/2024, Ofício nº 017/2024/CACS/FUNDEB – reiterando o Ofício nº 013/2024/CACS/FUNDEB, solicitando os balancetes de fevereiro e abril, em virtude do recebimento do balancete de março. Documentos recebidos: Ofício nº 021/2024 – CME, indicando os novos conselheiros representantes do CME no CACS-FUNDEB em virtude do novo mandato. Ofício nº 285/2024/SEMEDE, em resposta ao ofício 013/2024/CACS/FUNDEB, solicitando os balancetes. Pontuando o envio de memorando a SEMFAZ solicitando os balancetes de fevereiro muito embora a SEMFAZ tenha mencionado os balancetes de fevereiro os mesmos não foram anexados ao documento. **Assuntos Gerais:** A Presidente questionou a situação das comissões, a única que está funcionando e da **Folha de Pagamento, Balancetes e Extratos**, com os seguintes Conselheiros: Leandro, Sheila, Roberta e Juliana, ficando definida as outras comissões, sendo composta da seguinte forma: **Acompanhar as Legislações** e compartilhar com o colegiado, Ivan e Rhayane, **PNATE**, Sheila, Marta e Lucas, **Censo Escolar**, Natália e Andréia Paula, **SETE**, Marta e Sheila, **Escola**



em Tempo Integral, Mônica e Lucas. O Conselheiro Leandro de Aquino expôs para o colegiado uma denúncia de um aditivo que saiu no Jornal Oficial onde foi incluído no PNAE que é um programa de Alimentação Escolar, compras de gêneros alimentícios por parte da prefeitura como verba da SEMEDE, destinados as escolas da rede, mas também incluíram o Abrigo Municipal, a Casa da Criança, e as alguns projetos do Bem estar Social, e isso é muito grave. O Conselheiro Leandro conclui esse assunto falando que fará a denúncia no Ministério Público. A Presidente perguntou se essa verba é do FUNDEB e a Conselheira Marta respondeu que não a verba do PNAE é um outro programa. O Conselheiro Leandro fala que a verba é da Educação e que possivelmente dentro dos 25%, a Sra. Giovanna fala que o mais grave ainda é os 25% está na Folha de Pagamento de outras áreas. A Presidente relata que segundo a SEMEDE o Conselho não tem que fiscalizar os 25% e a Sra. Giovanna fala que na Gestão dela também foi dito isso, mas 'que o Leandro tinha dito que tem uma Lei que fala do assunto. O Conselheiro Leandro diz que não é Lei é um posicionamento dos Tribunais de Contas Estaduais que permitem isso. O Conselheiro Leandro lembrou que na primeira reunião pediu que fosse enviado Ofício para a SEMEDE para que pudéssemos ter acesso a Folha de Pagamento integral. A Vice-Presidente Marta que na época era Presidente respondeu que esse Ofício foi enviado é que o colegiado já tomou ciência, mas que não via nenhum problema em ler a resposta do Ofício novamente. Foi lido o Ofício e a Presidente destaca que resumindo não será disponibilizado. A Sra. Giovanna explica que a divergência que ela encontrou na época de Presidente foi justamente nessas questões, de pagamentos em parte com o FUNDEB e a outra com os 25% e quando eu foi cruzar os dados tinha pessoas recebendo duplicado no mesmo mês no mesmo ano. A Presidente perguntou como que ela conseguiu encontrar esses dados, ela respondeu que comparando o SIOPE com Portal da transparência, essa foi a minha denuncia no Ministério Público. A Conselheira Marta perguntou a Sra. Giovanna se ela fez a denúncia no Ministério Público, a Sra. Giovanna respondeu que primeiro trouxe para o colegiado e perdeu na votação, pois a maioria foi contra a denúncia, então a fez enquanto cidadã. A Sra. Giovanna fala ainda da Folha de Pagamento que na época da sua Gestão também teve dificuldade de acesso, a Conselheira Marta explica que o conselho tem acesso à Folha sim, na sala dos Conselhos temos um computador a disposição do Conselho e qualquer Conselheiro pode vir e ficar o dia inteiro se for o caso. A Presidente fala que entende a Sra. Giovanna uma vez que nosso acesso é limitado, pois temos que ficar aqui dentro as quatro horas. A Conselheira Marta ressalta, que não se sustenta a fala de que o Conselho não tem acesso, apenas não é disponibilizado por causa da Lei de Proteção de Dados e que o assunto já foi votado aqui no colegiado e a maioria votou pra não receber em seu e-mail e sim no e-mail do Conselho. A Sra. Giovanna retomou o assunto dos 25% em relação a resposta da SEMEDE questionando o Conselheiro Leandro como que fica a respeito. O Conselheiro Leandro fala que não sabe qual vai ser os trâmites, pois eles alegam que na Lei o Conselho fiscaliza só o que é pago com Recursos do FUNDEB, em compensação nosso Estatuto diz que o colegiado tem que ter acesso até a questão dos 25%, mas e que então vai consultar o Tribunal de Contas para saber se é direito do Conselho ter acesso à Folha na íntegra. Nada mais a ser tratado a reunião foi encerrada às quinze horas e 30 minutos e a presente ata foi lavrada por mim, Secretária Executiva Walmira Guimarães, que após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e apensados a esta, a lista de presença com assinatura dos





conselheiros que se encontravam, na sede da SEMEDE, bem como o *print* da tela constando os conselheiros que participaram por videoconferência.

Rio das Ostras, 20 de junho de 2024

Sheila Cristhiane de Almeida Isidorio
Presidente do CACS - FUNDEB
Gestão - 2023-2026

Lista de Presença da 4ª Sessão Ordinária do CACS-FUNDEB 20 de junho de 2024, das 14h28min às 16h20min

Rep. do Poder Executivo Municipal	Mônica Beatriz de Oliveira Barcelos Pessanha	
	Rhayane Cruz de Souza	
Rep. dos Diretores das Escolas Básicas Públicas	Alan da Silva	
Rep. dos Servidores Técnicos Administrativos das Escolas Básicas Públicas	Sheila Cristhiane de Almeida Isidório	
Rep. dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública	Marta Janete Martins Guimarães Mattos	
Rep. do Conselho Tutelar	Lucas de Jesus Alves	
Rep. dos Professores da Educação Básicas	Leandro de Aquino	



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDER

CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Gestão 2023-2026

04ª REUNIÃO ORDINÁRIA

20/6/2024

REPRESENTATIVIDADE	CONSELHEIRO	ASSINATURA
Representante do Poder Executivo Municipal	Mônica Beatriz de Oliveira Barcelos Pessanha (T)	
	Juliana Abreu dos Santos (S)	
	Roberta Ferrandes Rodrigues (T)	
Representante dos Professores da Educação Básicas	Rhayane Cruz de Souza (S)	
	Mauro Vinicius de Souza Floriano (T)	
Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas	Leandro de Aquino (S)	
	Alan da Silva (T)	
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos das Escolas Básicas Públicas	Natália Noronha Alves (S)	
	Sheila Cristhiane de Almeida Isidorio (T)	
Representante dos Pais dos de Alunos da Educação Básica Pública	Luciana Porfirio Lima da Cunha (S)	
	Marta Janete Martins Guimarães Mattos (T)	
	Carla Maia Malfacini (S)	
	Ivan Cristiano Emídio (T)	
	Luana da Costa Valente Soares de Goyano (S)	
Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública	Sidnei Nunes (T)	
	Adélia Reis Barreto (S)	
	Monica da Silva Soares (T)	
Representante do Conselho Municipal de Educação - CME	Neide Oliveira Santos Rangel (S)	
	Denise Pinheiro das Neves (T)	
Representante do Conselho Tutelar de Rio das Ostras	Adriana Cristina Socorro Ignácio (S)	
	Lucas de Jesus Alves (T)	
	Viviane de Menezes Andrade Vianna (S)	